

A PERCEPÇÃO DE DIFERENTES GRUPOS DE USUÁRIOS SOBRE A COPA DO MUNDO DE 2014: A QUESTÃO DAS REMOÇÕES NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Gabriela Costa da Silva

Discente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.
E-mail: <gs.arq@hotmail.com.br>.

Adriana Araujo Portella

Pós-doutorado em Planning na The Bartlett School of Planning da University College London; PhD. em Urban Design no Joint Centre for Urban Design da Oxford Brookes University; Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/ UFRGS; Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas. Docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.
E-mail: <adrianaportella@yahoo.com.br>.

Gisele Silva Pereira

Doutorado em Planejamento pela Oxford Brookes University, Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul e Bacharelado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Docente na Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas.
E-mail: <gisele_pereira@hotmail.com>.

RESUMO

A pesquisa aborda questões relacionadas às remoções forçadas de famílias em função de obras destinadas a preparação das cidades-sede no Brasil para a Copa de 2014. O objetivo central é investigar a percepção de diferentes grupos de usuários quanto ao megaevento, analisando diferentes olhares a cerca do mesmo. Para isso, teve como estudo de caso a cidade de Porto Alegre/RS, dado que essa, assim como as demais cidades-sede, apresentou investimentos para atender ao megaevento desencadeando remoções em diferentes pontos da capital. Além disso, Porto Alegre é a terceira cidade com maior número de remoções do país, visto que São Paulo e Rio de Janeiro, que ocupam as primeiras posições, apresentam maiores desapropriações em consequência do maior número de habitantes. Ainda, comparado com Curitiba/PR, que também foi cidade-sede representando o sul do país, a capital gaúcha apontou cinco vezes mais pessoas removidas em razão do megaevento. Assim, teve-se a duplicação da Avenida Tronco como objeto de estudo, visto que a obra, de acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, seria o grande destaque por existir um projeto social. A coleta de dados consistiu em dois momentos: (i) levantamento de arquivo e (ii) levantamento de campo. O primeiro forneceu as informações sobre o projeto viário, obtendo subsídios para iniciar o levantamento de campo. O segundo, dividiu-se em observações de campo, questionários, entrevistas, grupo focal e desenhos. Destaca-se que os métodos foram aplicados em diferentes grupos de usuários: as pessoas que sofreram com o processo de remoção e as que não passaram por tal processo. Logo, espera-se que os resultados da pesquisa sirvam como subsídio teórico para próximos megaeventos, a fim de que haja maior atenção às remoções, visto que essas devem ser realizadas sem a violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Remoções. Direito à moradia. Percepção. Copa do Mundo.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento de um país ao sediar um megaevento têm causado muitas discussões a nível de interesse social, uma vez que inúmeras remoções aconteceram para dar espaço à obras de infraestrutura. Recentemente o Brasil foi palco dos jogos da Copa do Mundo e em 2016 será para as Olimpíadas, tornando-se uma temática bastante debatida. O problema da pesquisa está relacionado às remoções de famílias considerando a forma com que elas foram, e ainda estão sendo, retiradas de suas casas, devido às obras de mobilidade urbana e infraestrutura para os jogos da Copa do Mundo de 2014. Essa situação ocorreu em todas as cidades-sede, principalmente arredores dos estádios, para dar espaço à duplicação de avenidas, trincheiras, viadutos e ampliação e aeroportos. Logo, essa conjuntura transformou a vida de muitas comunidades em um caos, sendo marcada pela: (i) falta de informação, (ii) falta de transparência, (iii) falta de participação, (iv) violação dos direitos humanos e (v) violação do direito à moradia adequada (ROLNIK, 2014).

De acordo com a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), em todo o país cerca de 250 mil pessoas estão passando pelo processo de remoção. Entretanto, segundo a contabilização da Secretaria Geral da Presidência esse número gira em torno de 35 mil pessoas, sendo altamente contestado, uma vez que várias obras foram deixadas de lado para essa contagem, o que mostra claramente a falta de importância que é dado a esse assunto. A justificativa dessas atitudes está relacionada à “ilegalidade”, não ocorrendo o pagamento de indenizações e quando essas existem, contemplam apenas a benfeitoria (residência). Em outras situações, há o pagamento do aluguel social, sendo um valor irrisório, impossibilitando a permanência no bairro ou até mesmo na mesma cidade (ROLNIK, 2014).

Entretanto, o que acontece nas cidades-sede é a “limpeza” dessas famílias para áreas mais afastadas, muitas vezes não sendo nem na própria cidade em que residem, devido ao aumento dos imóveis por conta da especulação imobiliária. Além disso, o reassentamento oferecido a essas pessoas é muito baixo, impossibilitando comprar uma nova residência. Tal fato acaba gerando, muitas vezes, novas ocupações informais, sem condições adequadas e um aumento na taxa de pobreza (RECHIA; SILVA, 2013). Logo, a Copa do Mun-

do não atendeu as necessidades das pessoas mais vulneráveis, uma vez que o planejamento de um projeto social se coloca em segundo plano, havendo prioridade em resolver obras de infraestruturas que não serão usufruídas por essa parcela da população.

A partir da identificação da problemática, tem-se como objetivo comparar a percepção de diferentes grupos de usuários quanto à Copa do Mundo de 2014, analisando diferentes olhares acerca do mesmo megaevento, a fim de identificar qual o legado deixado pela Copa para a população como um todo e o que é possível fazer para que em um próximo evento não ocorram violações do direito à moradia e direitos humanos. Assim, escolheu-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

2 O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS NAS REMOÇÕES – AVENIDA TRONCO/ PORTO ALEGRE

Para Porto Alegre sediar os Jogos da Copa do Mundo, algumas obras foram realizadas com o intuito de aproveitar a oportunidade para qualificar setores que a cidade precisava de investimentos. Para isso, o governo criou a Matriz de Responsabilidades da Copa, que viabilizava a execução das ações governamentais. De acordo com a Cláusula Terceira da Matriz de Responsabilidade de 2010, Porto Alegre tinha o compromisso de executar e custear obras relacionadas à: mobilidade urbana, entorno dos estádios, entorno de aeroportos, entorno de terminais turísticos portuários, aeroportos (terminais de passageiros, pistas e pátio) e portos (terminais turísticos).

Como já mencionado, o desenvolvimento de tais melhorias ocasionaram remoções, sendo essas referentes à ampliação do Aeroporto Salgado Filho, 2.967 famílias da Vila Dique e Nazaré; entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa), 700 famílias da Vila Santo André; entorno do estádio Beira Rio, 70 famílias da Ocupação 20 de Novembro; duplicação de 5,6 km da Avenida Tronco, 1.525 famílias e projetos relacionados ao PISA (Projeto Integrado Socioambiental), atingindo 1.680 famílias. A partir disso, escolheu-se a duplicação da Avenida Tronco, localizada na Zona Sul da capital, como foco do estudo, visto que a obra, de acordo com a Pre-

feitura de Porto Alegre, seria o grande destaque, por atender não somente melhorias de mobilidade urbana, como também por existir um projeto social (Figura 1 e 2).



Figura 1: Av. Tronco (Porto Alegre) atualmente.
Fonte: SECOPA, 2014.



Figura 2: Av. Tronco (Porto Alegre) - projeto.
Fonte: SECOPA, 2014.

O projeto existe no Plano Diretor da cidade desde 1959, pois já havia previsão do aumento de fluxo no local, exigindo melhorias nas condições viárias, porém, a oportunidade de retirar o projeto do papel veio somente com o megaevento. Devido ao seu atraso, foi retirada do Plano da Matriz de Responsabilidades da Copa. A duplicação da Avenida Tronco totaliza 5,6 Km de extensão e seu principal objetivo era ter uma rota alternativa que ligasse a Zona Sul com Área Central e Zona Norte durante jogos da Copa 2014, visto que o entorno do estádio estaria utilizado somente para a circulação de pessoas.

O processo de remoções na cidade de Porto Alegre abrangeu cerca de 6,9 mil famílias, o que corresponde aproximadamente 31 mil pessoas. Na Avenida Tronco 1.525 famílias estão saindo de suas casas para dar espaço ao sistema viário.

Atualmente 845 famílias residem no local, posto que 445 optaram pelo bônus moradia no valor de 52.340,00 reais, 118 pelo aluguel social no valor de 500,00 reais e 117 receberam indenizações no valor de 6,6 milhões.

Em primeiro momento, a opção do reassentamento oferece apartamentos ou casas geminadas, localizados na região, ou a opção de casas em zonas mais afastadas. Para esses, 17 terrenos foram desapropriados no bairro para a construção de condomínios MCMV, além da negociação feita com o Exército de uma parcela do terreno para a construção de casas geminadas. A presença dessas últimas na região limita-se àquelas famílias com restrição a acessibilidade, pessoas que possuem animais para criar ou hortas, necessitando de pátio, dentre outros critérios que colocam esses usuários com prioridade para a escolha da residência.

De acordo com a SECOPA, aluguel social é uma opção que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre oferece às famílias cadastradas pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) no plano de reassentamento, em função das obras de mobilidade urbana para a Copa 2014. Tal recurso passou a ser utilizado com o intuito de agilizar a execução das obras viárias. O bônus moradia também é uma opção em que é dada por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre às famílias cadastradas. O valor oferecido representa o custo final para a construção de uma unidade habitacional referente ao Programa MCMV. A possibilidade de venda da moradia é permitida somente após 5 anos, quando recebe-se a escritura do imóvel. Assim, a família tem a opção de escolher a localização da casa, podendo ser ou não na cidade. Por fim, caso a família não concorde com os valores referentes ao bônus moradia ou reassentamento, será realizada uma avaliação do imóvel, sendo paga a indenização justa.

Logo, o projeto social divulgado pelo governo deveria ser prioridade como legado da Copa do Mundo em Porto Alegre. Entretanto, ao acompanhar a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que reúne denúncias de todas as cidades-sede, nota-se que a realização do megaevento gerou a violação dos direitos humanos e sociais. A falta de informação, transparência por parte do governo e a participação das comunidades marcaram os processos de remoção, causando uma violação clara do direito à moradia adequada. Famílias estão sendo desestruturadas, indo morar longe de seus lugares de origem, visto que com o

valor oferecido não se compra nem se aluga uma residência na capital, o que causa impactos na saúde, na educação, no transporte público, além da violência física e psicológica. Muitas famílias também se endividaram, com o intuito de continuarem a morar na cidade (ROLNIK, 2014).

Por meio disso, a Copa do Mundo serviu a um modelo de país e de mundo que não atende aos interesses gerais do povo trabalhador e das pessoas mais pobres e vulneráveis. Tal fato acontece porque os responsáveis pela implantação desses projetos consideram apenas os direitos dos atingidos que são detentores de títulos de propriedade registrados, desconsiderando a moradia como um direito humano (ROLNIK, 2014).

3 METODOLOGIA

A metodologia é baseada na utilização de diferentes métodos para a coleta de dados, permitindo cruzar informações e validar resultados, dando maior credibilidade à pesquisa (SOMMER, SOMMER, 2002; LAY; REIS, 2005). De acordo com Denscombe (2010), os “métodos mistos” têm como finalidade obter melhor precisão, validando os resultados obtidos em termos de sua exatidão, proporcionando um quadro mais completo, dando a oportunidade de verificar os resultados de um método contra as conclusões de outro. Assim, com o intuito de atender aos objetivos, fazem parte do levantamento: (i) questionários, (ii) entrevistas, (iii) *focus group* e (iv) desenhos.

O questionário foi realizado de forma *online* devido sua alta velocidade e baixo custo. Logo, escolheu-se a aplicação do método pelo Google Docs, devido sua fácil aplicação e grande abrangência fácil (DENSCOMBE, 2010; SOMMER; SOMMER, 2002). A pesquisa foi posta *online* no dia 16 de setembro e dada como finalizada no dia 6 de outubro, obtendo 166 respostas. Foram elaboradas 38 questões para a pesquisa, tendo como único requisito para responder as perguntas morar em Porto Alegre há, no mínimo, 6 meses, visto que o respondente deveria ter vivenciado o momento dos jogos da Copa de 2014 na capital.

As entrevistas foram estruturadas, sendo aplicadas com dois trabalhadores do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, estando vinculada à SECOPA (Secretaria Extraordinária da Copa de 2014). Realizadas nos próprios locais de trabalho, ambas foram marca-

das com antecedência via e-mail, tendo o esclarecimento da pesquisa e o fornecimento de identificação como instituição, contato, objetivos. O *Focus group* que, segundo Sommer e Sommer (2002), é um tipo de entrevista realizada em um grupo específico de pessoas com o intuito de explorar o que pensam e sentem sobre determinado assunto, foi realizado com as comunidades removidas. A reunião contou com a presença de 4 moradores, além da turma de Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Aproveitou-se o momento de estágio docente da pesquisadora para integrar a turma de alunos dos problemas que estão ocorrendo na capital, dando a oportunidade a estes de realizarem perguntas e tirarem dúvidas.

O método de desenhos foi aplicado com crianças de 7 anos de uma escola localizada no próprio bairro, onde estudam crianças que já foram atingidas pelas remoções e não moram mais no local, bem como aquelas que estão à espera do reassentamento e as que não sofrem remoções, mas convivem com o problema. Assim, foi levado todo o material de desenho: folhas, tintas, lápis de cor, giz de cera, canetinhas, régua, pincéis, cola colorida e lantejoulas. Logo, foi solicitado para as 12 crianças presentes na turma que desenhassem “o que acharam da Copa do Mundo em Porto Alegre”.

Para sua análise utilizou-se as teorias de Bédard (2013), Davido (1972) e Di Leo (1985), sendo importante ter a impressão global do desenho, embora não se deva negligenciar o significado dos itens individuais, visto que as partes são significativas em sua inter-relação com o todo. A colocação do desenho na folha, o traço, as cores, os personagens, os tamanhos dos elementos foram crucialmente avaliados para melhor interpretação dos desenhos (DAVIDO, 1972).

4 RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, o projeto de duplicação da Avenida Tronco só saiu do papel com a vinda da Copa do Mundo, devido à oportunidade de qualificar aquela área principalmente a nível social. Segundo os servidores entrevistados, houve contato com os líderes das comunidades, posteriormente com todas as pessoas a partir de reuniões, para esclarecer o projeto e as dúvidas, visto que a população ficou assustada em primeiro momento. Assim, houve

um projeto social para aquela população que há 70 anos vive de forma sub-humana, com sub-habitações, esgoto a céu aberto, sem qualquer condições de habitabilidade. Logo, os direitos à moradia e humanos foram levados em conta, uma vez que as famílias exigiram a permanência no bairro e a prefeitura, juntamente das comunidades, foram à procura de terrenos para a desapropriação para que houvesse a construção de apartamentos e casas, sendo feita a duplicação somente após a realocação das famílias. A partir disso, começou a existir maior cumplicidade entre os moradores e a prefeitura, tendo um canal de comunicação sem stress.

Com relação às habitações, essas seriam a partir do Programa MCMV, com a proposta foi de dar para cada família uma residência dessas, sem cobrar nada, onde a prefeitura assume das despesas, dando a escritura do imóvel ao inquilino. Essa situação deu maior motivação para as famílias, fazendo com que 90% dessas ficassem a favor da negociação. Com relação aos outros programas como bônus moradia, aluguel social e indenização, há sinais de sucesso, visto que muitas famílias hoje moram em casas boas e que antes moravam em barracos. Por fim, o projeto viário é dito como secundário, uma vez que a questão prioritária é o projeto social.

Com relação ao megaevento em si, esse é exibido de forma festiva, onde todas as pessoas torcem pelo seu país independente da situação econômica, mostrando-se satisfeitos, de forma a apoiar os jogos no Brasil e sua cidade-sede. Essa percepção se dá a partir das imagens divulgadas pelo governo, que dão maior destaque para a ida dos torcedores aos estádios, comemoração da população, torcedores, eventos como *Fifa Fan Fest*, a satisfação tanto da população quanto dos turistas, além da quantidade de pôsteres e anúncios vangloriando o megaevento. A reprodução de tais imagens ignora outras do mesmo período como as manifestações ocorrentes no dia 12/06/2014, data do início dos jogos, quando só houve espaço para a divulgação do lado positivo do megaevento, como a abertura da Copa. Foram poucos os meios que divulgaram imagens contrárias às exibidas pelo governo, sendo esses relacionados à mídia local ou regional. Essa situação fez com que houvesse a representação de uma realidade ilusória, onde apenas o lado positivo foi exposto, ignorando a veracidade que abrange todas as classes sociais.

As imagens divulgadas pelo governo confirmam gerar uma alienação coletiva a partir dos resultados dos questionários, respondidos por aquelas pessoas que não sofreram o processo de remoção. Esse gerou 166 respostas, sendo que 88 dos respondentes moram em Porto Alegre há mais de 21 anos, tendo, conseqüentemente, grande conhecimento sobre os problemas enfrentados pela cidade.

Dentro desse contexto, 66,9% dos respondentes afirmam ter gostado da Copa no Brasil, além de acharem ela organizada. Ainda, 72,3% acreditam que o megaevento ajudou a divulgar a capital gaúcha como lugar turístico, sendo avaliada por 52,5% como boa durante os jogos. Com relação às melhorias de infraestrutura, 56,1% julgam as obras do entorno do estádio Beira Rio como positivas para a cidade, todavia, apenas 25,3% sabiam das remoções em Porto Alegre que englobam aquelas localizadas no entorno da arena, referente à comunidade 20 de Novembro, 26,5% não tinham conhecimento sobre tal processo e 41,6% já havia ouvido falar mas não tinham noção do alto número de pessoas envolvidas. Ainda, 81,9% não conhecem o movimento Chave por Chave e 67,5% não conhecem o Programa de Aluguel Social oferecido pelo Governo Federal.

No que diz respeito às pessoas que assistiram os jogos no Beira Rio, 74,2% acharam boa a preparação de Porto Alegre para a chegada das pessoas ao estádio. Abrangendo a Copa do Mundo no país, apenas 24,7% acreditam que sua realização foi negativa devido a problemas de roubo, corrupção e discriminação com as classes menos favorecidas. Já 57,2% avaliam como positiva, sendo que desses, 23,5% confiam no sucesso econômico e social e 33,7% julgam ser positiva mesmo sem legado para o país. No entanto, 56,6% têm uma renda salarial entre Classes A, B e C (segundo critérios da Fundação Getúlio Vargas, 2011), tendo 79,5% plano de saúde, não dependendo de atendimentos públicos que, de fato, precisam de melhorias.

Logo, conclui-se que a percepção por parte dessa parcela da população se torna positiva sobre o megaevento, todavia destaca-se a falta de conhecimento por grande parte de situações que poderiam ser motivos para essa visão mudar. Esses dados mostram como o Governo e mídia não exibem com total realidade os problemas enfrentados por pessoas de poder aquisitivo inferior que estão em processo de remoção para dar lugar a novas infraestruturas.

A partir do debate ocorrido com os moradores da região atingida fica visível a contradição com as afirmações por parte da prefeitura. A principal questão debatida é a forma com que está sendo lidadas as remoções: falta de respeito, diálogo, informação, participação das comunidades atingidas nos projetos. De acordo com as comunidades, as opções dadas no início pelo Departamento Municipal de Habitação para as famílias removidas eram: (i) aluguel social no valor de 500,00 reais, (ii) bônus moradia no valor de 53.340,00 reais e (iii) indenização, onde engenheiros e arquitetos realizam uma avaliação do imóvel, a mandados da prefeitura, cujo valor estimado pode ser superior ou inferior ao oferecido pelo bônus moradia. Entretanto, devido aos valores baixos, as famílias foram obrigadas a sair do bairro atual para áreas distantes do centro ou até mesmo para outras cidades da Grande Porto Alegre e litoral. A partir disso, 445 optaram pelo bônus moradia, 118 pelo aluguel social e 117 indenização, visto que a prefeitura incentivava tais escolhas, muitas vezes a partir de pressão psicológica, gerando medo naqueles mais leigos e que não sabiam dos seus direitos. Atualmente, 845 famílias em processo de remoção ainda se encontram no bairro, correspondendo a aproximadamente 3.800 pessoas.

Em decorrência disso, muitas famílias juntaram seus bônus moradia e aluguel social para a compra ou aluguel de outro imóvel. Outras fizeram empréstimos para completar o valor dado pela prefeitura. Entretanto, mesmo com essas soluções encontradas pelas comunidades, os imóveis dentro do orçamento estavam localizados na periferia de Porto Alegre, em cidades próximas, ou até mesmo no litoral como Pinhal, Magistério e Cidreira, distanciando-se de todos os direitos à moradia adequada. Por consequência disso, as comunidades junto com integrantes da Articulação Nacional da Copa (ANCOP), fizeram uma seleção de terrenos ociosos no próprio bairro para a prefeitura desapropriar e construir habitações populares a partir do Programa MCMV. Depois de muita pressão e persistência dos moradores, 17 terrenos foram desapropriados num raio de 2 km, entretanto, as construções não começaram até o momento e ainda não há previsão para seu início, posto que os projetos ainda estão em processo de aprovação.

Junto a isso, criou-se o movimento Chave por Chave, que surgiu no bairro Cristal, com o

intuito dos moradores só saírem de suas casas quando estivessem com a chave da outra residência própria em mãos, incentivando às pessoas a não aceitar o aluguel social, posto que a pressão para sair de suas casas ainda continua, mesmo com a desapropriação dos terrenos no bairro. A decisão em não aceitar esse programa do Governo associa-se a casos do não pagamento em dia do aluguel, fazendo com que algumas famílias fossem ameaçadas de despejo. Além disso, o propósito é que todas as famílias permaneçam no bairro de origem, sem precisar se desvincular da família, amigos, emprego, escola.

As comunidades deixam claro não querer sair do bairro principalmente por estar situado próximo ao centro, facilitando à ida ao trabalho até mesmo a pé, pelo vínculo de amizade dessas pessoas ao longo de 40, 50, 60 anos, pelas conquistas a partir do Orçamento Participativo de creches e posto de saúde, pela fonte de renda, dado que muitos trabalham nas suas próprias casas, vendendo comidas para fora, costurando, consertando eletrodomésticos, logo, indo para outro bairro ou cidade, os clientes são conquistados novamente do zero. Junto a esses, muitos moradores têm sua casa, mas cuidam dos pais de idade que moram próximo, não podendo deixar de dar auxílio a eles e prestar ajuda diariamente. Com a possibilidade da ida dessas famílias para o bônus moradia ou aluguel social, há chances desse vínculo acabar.

Algumas famílias que aceitaram o bônus moradia e foram para outra cidade, acabaram voltando para a região, desembolsando seu próprio dinheiro para o aluguel de outro lar, visto que a residência adquirida só pode ser alugada ou vendida após 5 anos, ao receber a escritura do imóvel. Logo, essas famílias acabam se endividando, pois a maioria não possui condições financeiras de pagar um aluguel em Porto Alegre. Essa situação acontece, porque ao ir para outra cidade não há, muitas vezes, oportunidade de emprego, fazendo com que aquela família fique sem renda, obrigando-a a voltar para o local de origem. Com relação a essa situação, a prefeitura defende o sucesso do programa, bem como a satisfação dos moradores em conquistar uma residência em melhores condições do que a antiga. Entretanto, a prefeitura não deu atenção em escutar se esses moradores queriam sair daquele ambiente em que estavam acostumados a viver.

Outros problemas foram citados pelos moradores como a quantidade de lixo no local, escombros não retirados das casas demolidas (Fi-

gura 3), fazendo com que muitos se machucassem com ferros e pregos, bueiros abertos, o que ocasionou aumento na quantidade de bichos como ratos e baratas, conseqüentemente maior proliferação de doenças. Algumas residências foram refeitas após a demolição, virando locais de uso de drogas e pontos de tráfico, aumentando também a violência no bairro. Essa situação acabou obrigando famílias a aceitarem algum Programa do Governo para sair do local, visto que a segurança dos filhos e família tornou-se mais importante. Tal fato é contraditório com o que a prefeitura afirma, visto que essa diz haver um policiamento diário e quando há situações de reconstrução de casas e ponto de venda de drogas, esses são retirados rapidamente a partir da Brigada Militar.



Figura 3: Escombros das casas demolidas.

Fonte: AUTOR, 2014.

Logo, a comunidade acredita que a Copa do Mundo serviu como uma desculpa para a realização da obra, conseqüentemente das remoções, visto que não era uma exigência da FIFA para a realização do megaevento. Ainda, o governo dá prioridade em beneficiar quem tem maior poder aquisitivo, visto que a obra da Avenida Tronco, dita como 'projeto social', só passou a ter tal nome quando a população se impôs e exigiu seus direitos. De acordo com o *focus group*, 'como é que vai ser um projeto social se desde o início a prefeitura nunca trouxe um projeto habitacional pra discutir com as comunidades'. Todavia, a prefeitura não enxerga a total realidade desses moradores, ignorando a soberania do povo. Por fim, a população não se pôs contra os jogos, mas sim a maneira com que as remoções estão sendo tratadas, posto que os moradores querem apenas que seus direitos humanos sejam respeitados.

A partir dos desenhos realizados pelas crianças, nota-se que essas foram negativamen-

te afetadas pela Copa. A análise dos 37 desenhos realizados pelas 12 crianças, evidencia a falta de superação frente aos problemas enfrentados em 7 crianças, correspondendo a 58,33% (Figura 4). Essas mostram elementos indicando a solidão, carência afetiva, agressividade, inferioridade e falta de suporte dado pela família. Nas demais 5 crianças, correspondendo a 41,67%, há indícios que mostram a superação ou pelo menos a tentativa dessa, a tranquilidade frente ao futuro, a segurança, equilíbrio e confiança (Figura 5). Em 3 desses desenhos há nítido o conhecimentos das dificuldades enfrentadas, mas a partir da sequencia dos trabalhos há o sinal da resiliência. Das 3 crianças que estão sofrendo o processo de remoção, duas mostram conseguir lidar e vencer a situação.



Figura 4: Desenho mostrando a falta de superação.

Fonte: AUTOR, 2014.



Figura 5: Desenho mostrando a superação.

Fonte: AUTOR, 2014.

5 CONCLUSÃO

As análises dos resultados a partir dos métodos utilizados permitem formular conclusões a respeito das diferentes percepções sobre o mesmo tema: a Copa do Mundo de 2014, estando relacionada às remoções decorrentes, definindo diretrizes para não haja violações de direito à moradia e

direitos humanos. A partir das entrevistas realizadas com o Departamento Municipal de Habitação, há clara a ideia de satisfação com o projeto da Avenida Tronco tanto viário quanto social. As remoções ocorridas são ditas como solucionadas com êxito, fazendo referência ao grande legado da Copa em Porto Alegre, abrangendo todas as classes sociais. Essa situação se contrapõem com o que as comunidades vivem atualmente, onde muitas famílias estão sem informação sobre quando vão sair de suas casas, se as residências prometidas vão ser construídas de fato, uma vez que a Prefeitura deixou de fazer reuniões, não havendo qualquer informação aos moradores. Esse grupo de usuários encontra-se desiludido, pois já buscaram todos os meios de divulgar a situação em que vivem. Junto a isso, a maioria das crianças que estudam e moram na região também foram marcadas negativamente com as remoções ocorrentes, dado que a partir dos desenhos aplicados conseguiu-se analisar a falta de superação diante

à situação, bem como sinais de agressividade, falta de suporte da família, carência afetiva, inferioridade. Essa situação torna-se agravante uma vez que essas crianças farão parte do futuro do país e estão crescendo com um trauma causado a partir da duplicação de uma via. Em contraposição, as imagens divulgadas pelo Governo e mídia mostram apenas o lado positivo do megaevento, causando alienação na parcela de usuários não removidos.

A partir disso, se o legado deixado para Porto Alegre estiver relacionado às obras inacabadas, mas que um dia serão concluídas, essas irão beneficiar apenas aqueles de maior poder aquisitivo, usufruindo das vias de duplicação, já que essas condizem com a maioria das obras para a Copa. Para as comunidades mais carentes ainda não se pode falar em legado, já que a construção das habitações prometidas não começaram e estão sem data para tal. Da mesma forma, essas comunidades ainda lutam com a esperança que essa situação se resolva dentro de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÉDARD, N. *Como interpretar os desenhos das crianças*. São Paulo: Editora Isis, 2013.
- DAVIDO, R. *A descoberta do seu filho pelo desenho*. Brasil: Editora Artanova S.A., 1972.
- DENSCOMBE, M. *The good research guide: for small-scale social research projects*. Open University Press: New York, 2010.
- DI LEO, J. H. *A interpretação do desenho infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- SOMMER, R. SOMMER, B. *A practical guide to behavioral research: Tools and techniques*. Oxford: Fifth Edition, 2002.
- LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. *Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento*. Porto Alegre: Ambiente Construído. v. 5, n. 2. P. 21-36. Abr./jun. 2005.
- RECHIA, S.; SILVA, E. A. P. C. *Espaços e equipamentos de lazer em época de megaevento esportivo: entre o sonho mais duradouro e a realidade mais cruel*. In: MARCELINO, N. C. (Org.). *Legado de megaeventos esportivos*. Editora Papirus: São Paulo, 2013.
- ROLNIK, R. *Que um grito de gol não abafe a nossa história: Carta do I Encontro dos/as Atingidos/as*. *Blog da Raquel Rolnik*. São Paulo, 5 mai. 2014. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/page/9/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

The perception of different user groups on The World Cup 2014: the issue of removals in Porto Alegre / RS

ABSTRACT

The research addresses issues related to forced evictions of families in work function aimed at preparation of the host cities in Brazil to the 2014 World Cup. The main objective is to investigate the perception of different user groups as the mega event, analyzing different looks about thereof. For that, we had the case study the city of Porto Alegre / RS, as this, as well as other host cities presented investments to meet the mega event triggering removals at different points of the capital. Moreover, Porto Alegre is the third city with the highest number of the country removals, as São Paulo and Rio de Janeiro, which occupy the top positions, have higher expropriations as a result of more people. Still, compared to Curitiba / PR, which was also the host city representing the south, the state capital scored five times as many people removed because of the mega event. So we had to doubling Trunk Avenue as an object of study, since the work, according to the city of Porto Alegre, was the highlight because there is a social project. Data collection consisted of two phases: (i) file survey and (ii) field survey. The first provided the information about the road project, obtaining grants for starting the field survey. The second, divided into field observations, questionnaires, interviews, focus group and drawings. It is noteworthy that the methods were applied to different user groups: people who have suffered with the removal process and those that have not gone through such a process. Soon, it is expected that the survey results serve as a theoretical benefit to nearby mega-events, so that there is greater attention to removals, as these must be carried out without the violation of human rights.

Keywords: Removals. Right to housing. Perception. World Cup.